

Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador

Social Pedagogy and its potential for being transforming and critical

Recebido em: 30/out/2010

Aprovado em: 22/dez/2010

Geraldo Caliman – UCB

E-mail: caliman@ucb.br

Resumo

A escola de hoje assume funções sociais que no fundo seriam próprias da família e da sociedade. A ela atribui-se não somente os processos de ensino-aprendizagem, mas, cada vez mais, delega-se a solução de grande parte dos problemas sociais dos alunos. A Pedagogia Social se propõe a fazer a ponte entre os processos de ensino-aprendizagem e a dimensão sociopedagógica. Os conflitos sociais que envolvem a escola no Brasil, especialmente a pública, constituem-se em um desafio para as metodologias construídas entre a Pedagogia e o Serviço Social e representam um laboratório para a Pedagogia Social. O presente ensaio objetiva documentar a evolução da sistematização da Pedagogia Social no Brasil, entre a prática da educação social e a inspiração freireana da educação crítica e transformadora, questionadora da perspectiva que a contrapõe à educação formal. Num primeiro momento, o artigo contextualiza a evolução da Pedagogia Social nos últimos anos no Brasil, e situa uma concepção possível de Pedagogia Social que nos permita vislumbrar novas perspectivas e evoluções. A partir daí definem-se conceitos de Pedagogia Social e Educação Social; e, por último, discute-se a Pedagogia Social e sua prometedora perspectiva de evolução dentro de uma inspiração baseada em Moltenhauer e Freire.

Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano XII - Nº 23 - 2º Semestre/2010

Palavras-chave

Pedagogia Social. Educação Social. Pedagogia Social Crítica.

Abstract

The school of today takes on functions that basically should belong to the family and to society. To the school is attributed not only the processes of teaching and learning, but, more and more, the greater part of the social problems of the pupils are delegated to the school for a solution. Social Pedagogy proposes forming a bridge between the processes of teaching and learning and the socio-pedagogical dimension. The social conflicts that involve the school in Brazil, especially the government schools, constitute a challenge for the methodologies constructed between Pedagogy and Social Assistance and represent a laboratory for Social Pedagogy. The essay in hand aims at documenting the evolution of the systematization of Social Pedagogy in Brazil, between the practice of social education and the Freire inspiration of critical and transforming education, questioning the perspective that counterpoints formal critical and transforming education. Firstly the article places the evolution of Social Pedagogy in the context of recent years in Brazil and situates a possible conception of Social Pedagogy which permits a glimpse of new perspectives and evolutions. From this standpoint the concepts of Social Pedagogy and Social Education are defined; and finally, there is a discussion of Social Pedagogy and its promising perspective of evolution within an inspiration based on Mollenhauer and Freire.

Keywords

Social pedagogy. Social education. Non-formal education.

1. Introdução

Ao tratarmos da educação e da exclusão social, nossa primeira preocupação é com o sistema escolar. Entretanto, fora e além da escola existem diversas formas de educação igualmente significativas e influentes. Em muitos casos, a população socialmente excluída, especialmente crianças, adolescentes e jovens, encontra em organizações sociais e outros ambientes mais ou menos formais o apoio indispensável para superar as suas condições. São associações, clubes, obras sociais e uma infinidade de locais onde têm experiências relativas à educação, ao esporte, ao trabalho, ao lazer e à cultura, por meio de uma riqueza de metodologias, projetos e ações.

Em outras palavras, a escola é indispensável, mas não suficiente, isto é, não se pode jogar sobre seus ombros toda a luta contra a exclusão social.

Esta importante área fora do sistema escolar, mas com ele articulada, é objeto da pedagogia social, que teve origem na Europa e que se manifesta como fruto de um estilo e resposta ao imperativo constitucional brasileiro (Art. 205) da educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Essa educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”¹ (LDB, Art. 1). Por isso mesmo, a dimensão prática da educação social sempre foi muito intensa no Brasil, sobretudo a partir dos anos 70 (SILVA 2009). Faltava a sistematização teórica da pedagogia social, que somente agora encontra respaldo em estudos que se aprofundam a partir dos Congressos Internacionais de Pedagogia Social (Universidade de São Paulo 2006, 2008, 2010)².

A Pedagogia Social no Brasil tende a ser concebida como uma ciência que pertence ao rol das Ciências da Educação, uma ciência sensível à dimensão da sociabilidade humana, ou seja, que se ocupa particularmente da educação social de indivíduos historicamente situados. Uma educação que ocorre de modo particular lá onde as agências formais de educação não conseguem chegar; nas relações de ajuda a pessoas em dificuldade, especialmente crianças, adolescentes e jovens que sofrem pela escassa atenção às suas necessidades fundamentais.

A criatividade do brasileiro em inventar novos processos educativos fora da escola é evidente na grande quantidade de instituições e atividades não formais voltadas para a educação: a escola aberta nos fins de semana, atividades de lazer e esporte, centros juvenis, “oratórios”, atendimento ao menor aprendiz, comunidades de recuperação de tóxico-dependentes e para adolescentes em situação de risco e em conflito com a lei, creches comunitárias e tantas outras. Em torno dessa práxis socioeducativa emergem inúmeras experiências, saberes, metodologias, em torno de instituições socioeducativas. Tais experiências tendem a ser pesquisadas e sistematizadas a partir da prática socioeducativa e constituem em um amplo laboratório de Pedagogia Social.

¹ LDB: Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

² Professor da Faculdade de Educação na Universidade Católica de Brasília; Vice coordenador da Cátedra UNESCO: Juventude Educação e Sociedade.

Algumas características básicas dessas atividades e/ou instituições socioeducativas é que elas: são atividades de cuidado e ajuda que se situam tanto no âmbito da assistência social como da educação social. E por isso são chamadas de atividades ou instituições socioeducativas; que respondem a necessidades específicas de determinados setores da sociedade, particularmente das crianças, adolescentes e jovens; que, em boa parte, se utilizam do trabalho voluntário. Portanto, o voluntariado encontra espaço cada vez maior dentro dessas instituições. Elas se inspiram em motivações políticas, religiosas, humanitárias, ideológicas, místicas etc.; tendem a ocorrer muito mais fora que dentro dos ambientes escolares e formais, visto que procuram suprir as deficiências da Escola; mas podem coincidir também com os espaços escolares na medida em que a realidade brasileira impôs que a escola assumisse, gradativamente, funções sociais, em detrimento de funções didático-pedagógicas.

Existem várias concepções em torno da pesquisa da Pedagogia Social: abordagens que a entendem prevalentemente como: (a) a identificação e potencialização dos fatores sociais que, intencionalmente ou não intencionalmente, estão presentes nas diversas instituições da sociedade; (b) doutrina da educação política e nacionalista do indivíduo, perspectiva que deu sustentação à educação dos cidadãos ao longo de diversas ditaduras europeias e até latino-americanas; (c) como uma dimensão das ciências da educação que se ocupa da formação à “sociabilidade” humana, particularmente dentro das escolas; (d) Pedagogia social de base antropológica e inspirada em Rudolf Steiner, entendida como processo cujo resultado é a qualidade de vida na ecologia social; muito presente no Brasil e não coincide com nossa concepção; (e) como pedagogia de ajuda para os casos de necessidade, com intenção preventiva e compensatória; (f) como pedagogia crítica em resposta à necessidade de solidariedade social para o desenvolvimento do voluntariado, instituições de acolhida, prevenção, recuperação, reinserção social. Colocamos-nos entre as duas últimas, entre uma pedagogia orientada para a ajuda e para o empowerment da solidariedade social e cidadã.

2. A recente evolução da Pedagogia Social no Brasil

Observamos, mais que tudo, a mudança na tendência ao atendimento às crianças e adolescentes. Sobretudo a partir dos anos 60 acon-

teceram profundas mudanças metodológicas. O que queremos ressaltar no presente momento são as características dessa mudança: ela nasce do recrudescimento das necessidades, conflitos, urgências, com consequente resposta institucional a tais situações que requerem uma ação organizada; constata-se um aumento do número de instituições socioeducativas; conseqüentemente cresce o número dos educadores sociais envolvidos; nota-se uma diversificação na tipologia ou modalidades de atendimento; acontecem grandes mudanças metodológicas, com a reformulação dos projetos educativos de programas antigos baseados no assistencialismo e na ação caritativa; cresce também a demanda por formação específica no âmbito da educação social.

A formação dos educadores sociais se dá em geral através de reuniões periódicas de revisão e avaliação da prática sociopedagógica quotidiana. Com o tempo iniciam-se as tentativas de construção de redes entre as instituições. O UNICEF foi uma das organizações que, nos anos 80, estimulou a formação de lideranças responsáveis pelas instituições socioeducativas como também a união mais consistente entre elas em forma de redes e relações.

Os processos educativos têm sido sempre centralizados, no Brasil, naqueles relacionados ao sistema escolar. A demanda emergente das necessidades sociais, especialmente aquelas referentes à infância e à juventude trouxe à tona outros processos educativos igualmente significativos e influentes. Em muitos casos a população socialmente excluída, em particular crianças, adolescentes e jovens, encontra em organizações sociais e outros ambientes não formais o apoio indispensável para superar as suas condições de exclusão. São associações, clubes, obras sociais e uma variedade de experiências que viabilizam a educação através de metodologias, projetos e ações que incluem o esporte, ao trabalho, o lazer, a cultura, a expressão, a arte. Em outras palavras, a escola é indispensável, mas não única nem suficiente, isto é, não se pode jogar sobre seus ombros toda a responsabilidade pela luta a favor da inclusão social.

A dimensão prática da educação social que não ocorre necessariamente “nas instituições de ensino e pesquisa” sempre foi muito intensa no Brasil, sobretudo a partir dos anos 70. A dimensão teórica da educação social, que há pouco mais de uma década parecia uma lacuna,

passa a ser uma realidade a partir do esforço de sistematização teórica da pedagogia social no Brasil, utilizando-se das contribuições provenientes do seu desenvolvimento em países europeus como Espanha, Alemanha, Itália, Portugal e Finlândia.

Um grupo de nove pesquisadores estrangeiros e brasileiros, liderado pela Universidade de São Paulo, realiza os Congressos Internacionais de Pedagogia Social (2006, 2008 e 2010) e constitui-se como um forte referencial para o itinerário de resgate da riqueza de experiências socioeducativas emanadas da prática. São gradualmente sistematizadas através de pesquisas publicadas no primeiro livro (“Pedagogia Social”) explicitamente dedicado à Pedagogia Social no Brasil (SOUZA NETO; DA SILVA; MOURA, 2009).

Para o lançamento do livro foram organizadas em 2009 as assim chamadas “Jornadas Brasileiras de Pedagogia Social” em 13 universidades brasileiras, um movimento que pretende difundir a Pedagogia Social pelo Brasil e preparar o 3º Congresso Internacional em 2010.

Na introdução do livro “Pedagogia Social”, os autores organizadores afirmam que “no Brasil, os contornos iniciais da Pedagogia Social circunscrevem o universo conhecido como Educação não formal, as práticas educativas desenvolvidas por movimentos sociais, organizações não governamentais, programas e projetos sociais, sejam eles públicos ou privados” (SOUZA NETO et al., 2009, 15).

A Pedagogia Social passa a ser um avançado campo experimental da educação. No entanto, como não basta a prática, a partir de certo momento sente-se a necessidade de desenvolver reflexões para além da prática, que fizessem uma ligação também com as teorias pedagógicas que fundamentam e alimentam o “que fazer” e o “como fazer” dos educadores sociais.

A reflexão teórica na linha da pedagogia social no Brasil já estava presente mesmo na década de 90, através da reflexão de diversos pesquisadores que publicaram pesquisas e desenvolveram metodologias no âmbito explícito da Pedagogia Social e são considerados precursores. Lembramos somente alguns: Antonio Carlos Gomes da Costa com suas reflexões publicadas pelo Instituto Brasileiro de Pedagogia Social (IBPS) que sugeriam metodologias e tecnologias para a educação social (Cf. “Brasil criança urgente”, 1994; “Pedagogia da presença”, 1997); Maria Stela Graciani (em “Pedagogia social de rua”, 1997); Geraldo

Caliman com suas pesquisas com os adolescentes trabalhadores no Brasil (Desafios riscos desvios, 1998) e na Itália (“Normalità devianza lavoro”, 1995) (Cf. SOUZA NETO et al., 2009).

Esse grupo traz novidades para a Pedagogia Social no Brasil enquanto se propõe a refletir sobre a educação social em seu nível teórico; desloca essa reflexão do campo da prática socioeducativa para o campo acadêmico da pesquisa; e propõe-se um esforço de sistematização teórica da Pedagogia Social. Podemos afirmar que esse grupo de pesquisadores cumpriu a função tão necessária de iniciar um movimento de sistematização e divulgação da Pedagogia Social no Brasil, contribuindo com o enriquecimento dos métodos, fundamentos e técnicas necessários para subsidiar a educação social e os educadores sociais.

Paralelamente ao esforço de sistematização cresce também, por um lado a organização dos – não ainda reconhecidos legalmente mas assim chamados – educadores sociais; e por outro, nascem iniciativas que provêm das bases, orientadas à formação dos educadores sociais. É daí que emerge a experiência em Educação a Distância para a formação de educadores sociais a partir de um curso de Pós-Graduação em Educação Social. A iniciativa surge da demanda provocada pela Rede Salesiana de Ação Social.

3. Algumas conceituações históricas de Pedagogia Social

Para que possamos definir o ambiente de atuação da Educação Social que se está construindo no Brasil precisamos primeiramente definir de qual concepção de Pedagogia Social e de Educação Social partimos em nossa reflexão. Historicamente essas concepções se sucederam, umas ao sabor das ideologias políticas (como doutrina da educação política dos indivíduos), reações a tendências filosóficas individualizantes (sociologismo pedagógico); como necessidade de promover uma sociedade educadora; outras como resposta às demandas socioeducativas provenientes dos conflitos inerentes à realidade social (pedagogia social crítica). Em qual delas nos situamos? De onde partir para construir novos parâmetros de reflexão?

A teoria do sociologismo pedagógico surge como reação ao individualismo pedagógico do século XIX e, em contraposição, dá um valor acentuado ao grupo-coletividade-sociedade. Tem em Paul Natorp seu referente e objetiva a formação do homem para a vontade dentro da comunidade.

A segunda, ou a doutrina da educação política e nacionalista do indivíduo, coloca no Estado o fim da Educação e o indivíduo prepara-se para servir bem ao Estado como um ser político e um bom súdito. Essa concepção de pedagogia social se confunde com a doutrinação cívica e é utilizada para formar os cidadãos em períodos ditatoriais. Alguns de seus representantes são Fichte e Kerschensteiner.

Uma terceira concepção podemos denominá-la como teoria da formação social do ser humano através da relação educativa. Ciência capaz de contribuir com a dimensão social da formação integral, na qual o social é um entre tantos itens formativos; família, escola, pedagogia social. Central nesta concepção é a “relação educativa” que deve ser diferente da utilizada na escola. Para NOHL

a pedagogia social não é uma doutrina científica, mas um âmbito de intervenção assim como a família e a escola; onde não chega a ação pedagógica. Dessas instituições, aparece a pedagogia social para exercer uma ação subsidiária, dependente tanto do Estado quanto das organizações não governamentais. [...] O mais central do trabalho social pedagógico concreto está na relação educativa estabelecida entre o educador e os educandos. Trata-se de uma relação pessoal que não deve ser impedida pelo burocratismo das instituições pedagógicas. (apud CABANAS, 1997, 79).

Uma quarta concepção de pedagogia social a entende como teoria da ação educadora da sociedade, como sociedade educadora. Uma concepção que reconhece o potencial educador das instituições da sociedade. Elas podem ser orientadas à educação social principalmente através de seus Meios de Comunicação Social. Alguns de seus representantes podem ser identificados em Agazzi e Mencarelli.

Se considerarmos a distinção entre educação intencional e educação funcional percebemos como esta última se dá em todas aquelas influências educativas que acontecem sem um objetivo explicitamente educativo através das forças socioculturais, políticas, econômicas, do ambiente. A educação intencional, por sua vez, corresponde a uma série de ações/intervenções planejadas e predispostas segundo uma ordem metódica por quem tem responsabilidade de organizar as ações e estratégias educativas para favorecer e promover o processo educativo. (NANNI, 1984, 31).

A perspectiva da sociedade educadora considera a educação resultante dos processos educativos levados a efeito pelas diversas instituições da sociedade. Quase se confunde com os processos de socialização e mais se aproxima de uma educação “funcional”, que acontece quase que por força gravitacional, mas sem uma explícita intencionalidade educativa. A tarefa da Pedagogia Social seria a de fazer com que os processos educativos latentes na sociedade educadora sejam “intencionalmente” orientados, aconteça onde acontecer: na escola, na família, no abrigo, nos meios de comunicação.

Uma última concepção parece se aproximar da sistematização da Pedagogia Social que se está construindo no Brasil, e a descrevemos a seguir, dedicando-lhe um item a parte: a pedagogia social crítica e emancipadora dos indivíduos.

4. Pedagogia social crítica

Por último uma concepção muito compartilhada atualmente no Brasil está representada em uma corrente denominada como pedagogia social crítica e parte de teorias que fundamentam as práticas orientadas a grupos de pessoas vulneráveis e excluídas – em situação de risco e de exclusão. A Pedagogia Social assim concebida focalizaria as ações compensatórias, redistributivas e os subsídios à cidadania através dos recursos proporcionados pela solidariedade social. Aproxima-se da corrente da Pedagogia Social crítica que, através da ação socioeducativa orientada a sujeitos e grupos socialmente a risco, objetiva provocar mudanças nas pessoas e na sociedade. Podem ser identificados como seus inspiradores, no âmbito alemão, Klaus Mollenhauer e, no brasileiro, Paulo Freire.

A Pedagogia Social crítica desenvolvida também por Mollenhauer, na sua conexão entre educação e estrutura social (cf. PÉREZ SERRANO, 2004, p. 49) está centralizada sobre uma perspectiva da transformação da realidade social e a conscientização das pessoas sobre seu papel no mundo. Parte do princípio de que os comportamentos sociais e as estruturas sociais são interdependentes. A Pedagogia Social de Mollenhauer, em perspectiva crítica, analisa as estruturas sociais com intenção de mudá-las.

Não se trata de trabalhar somente na socialização/adaptação do indivíduo, mas de infundir neles uma atitude crítica capaz de provocar

mudanças e transformações na sociedade. Não se trata de promover adaptação e acomodação à sociedade, mas de promover a mudança na mesma. Para o autor, não basta cultivar a relação entre educador e educando mas de modificar as condições sociais geradoras de conflito; não se trata de exercer um papel de controle social sobre a juventude, mas fazer com que os jovens sejam participantes da própria educação.

Mollenhauer via na família a promotora da transmissão da cultura e dos valores. Enquanto a escola se ocuparia da dimensão cognitiva, a Pedagogia e a Educação Social promoveriam a integração em ambientes e situações de conflito social e de risco.

Enquanto as instituições da Pedagogia Escolar compartilham várias características em comum, as instituições da Pedagogia Social são uma denominação comum que reúnem metodologias muito diferentes (cf. MOLLENHAUER, 1994, p. 112). Por exemplo, entre um abrigo para meninos de rua e uma casa de recuperação para dependentes de droga existem diferenças metodológicas substanciais.

Mollenhauer alerta para a ação do controle social que em geral tende a ser embutida sob a forma de serviço socioeducativo enquanto afirma como:

até os dias de hoje não se conseguiu solucionar o conflito que pesa sobre a maioria das instituições de Pedagogia Social: podem realmente ater-se ao princípio pedagógico fundamental de servir tão somente ao fomento e apoio das situações existenciais sujeitas a dificuldades de desenvolvimento, ou melhor, não acabam sendo, sempre ou na maioria das vezes, também agressão, controle ou domesticação com respeito ao projeto de normalidade que a sociedade promove? (MOLLENHAUER, 1994, p. 117).

Mollenhauer desenvolve uma tipologia das instituições socioeducativas distinguindo-as em cinco grupos: (a) Instituições para as crianças: creches, mães cuidadeiras, jardim de infância; (b) Instituições de atenção à juventude como grupos juvenis, associações de trabalho juvenil, clubes esportivos, igrejas, partidos, grupos e associações de assistência, centros de ocupação do tempo livre, centros de formação juvenil; (c) Instituições de educação em abrigos, casas-família, abrigos por motivos de abandono e necessidade; (d) Instituições de orientação: educacional, em períodos de crise, para o matrimônio, para a convivência familiar,

em questões de uso de drogas, e em questões de direitos; (e) Medidas socioeducativas como a liberdade assistida, semiliberdade e internação.

O autor problematiza também a questão da normalização ou dos questionamentos dos parâmetros da normalidade, uma vez que a pedagogia social tem a ver com pessoas e grupos que se encontram em geral em situação de risco, conflitos, diversidade cultural e comportamental: as instituições de Pedagogia Social devem ocupar-se não unicamente dos problemas quotidianos de educação, instrução e tratamentos, como também desse tipo de questões fundamentais referentes à validade das normas de nossa forma cultural de vida e nossas concepções coletivas do que se entende por normalidade. (MOLLENHAUER, 1994, p. 134).

5. Uma ponte construída entre o Social e o Educativo

Em primeiro lugar podemos notar que ambos os conceitos têm em comum o termo “social”. E também possuem os termos Educação e Pedagogia. Objetivo primeiro é o de construir, segundo uma metáfora da ponte, uma ligação entre duas margens: a margem que representa as relações sociais, estudada pela sociologia e a outra representada pela educação, estudada pelas ciências da educação e pela pedagogia.

A primeira margem trabalha com a sociabilidade, ou a capacidade que o homem tem para desenvolver as próprias habilidades sociais, a dimensão social da personalidade, a capacidade de conviver e de relacionar-se com os outros. de adaptar-se e construir relações entre os seus pares. A segunda margem trabalha com a educabilidade, ou capacidade do ser humano de ser educado. A educação é uma ação intencionalmente orientada para ajudar os indivíduos a adquirirem atitudes, conhecimentos e valores que os prepare para a vida.

Para podermos entender melhor o desenvolvimento da Pedagogia Social na história torna-se necessário fazer uma primeira distinção entre estes dois conceitos muito parecidos mas diferentes: educação social e pedagogia social.

A Pedagogia Social emerge, no Brasil, como uma ciência que oferece as bases metodológicas e teóricas para a Educação Social. A Educação Social, por sua vez, constitui-se em uma dimensão prática onde acontece a aplicação das técnicas, metodologias, dinâmicas geradas no diálogo com a Pedagogia Social. Se uma se associa à teoria, a outra se associa à prática. No entanto as duas devem caminhar juntas assim como

a reflexão e a ação: uma constrói e alimenta a outra. Sem prática não tem teoria; sem teoria a prática arrisca a se tornar um ritual sem sentido.

Como afirma Carreras e Molina (1997, p. 53)

la Pedagogía Social es considerada como una ciencia teórica, al modo como lo son aquellos saberes que pretenden el conocimiento sistemático de las realidades que configuran su objeto de estudio, de carácter fuertemente prescriptivo, con intenciones tecnológicas de aplicar los conocimientos científicos obtenidos en la investigación estandarizada a la solución de problemas detectados en la práctica.

Em continuidade com a metáfora acima lembrada, a Pedagogia Social constrói uma ponte entre a dimensão social da vida quotidiana e a educação. Ela “em quanto práxis educativa é práxis tecnológica com finalidade social”, uma ciência educativa do serviço social ou um serviço social em sua dimensão pedagógica (cf. CARRERAS e MOLINA, 1997, p. 54). As ciências sociais interpretam e compreendem a realidade e os problemas humanos. A sociologia da educação requer a colaboração da pedagogia social para provocar a dinâmica dos recursos e desenvolver as condições para a ação educativa esclarecida, a passagem de um nível da interpretação social ao das potencialidades educativas (cf. BECCEGATO, 2001, p. 30).

Dessa compreensão é possível construir soluções pedagógicas que ajudem na superação dos problemas vividos pelas pessoas e grupos. E a Educação faz com que tais soluções aconteçam a partir de dentro das pessoas mesmas, através do estímulo ao conhecimento, de sua capacidade de compreensão, sua visão do mundo, do estímulo ao seu desenvolvimento integral.

6. Elementos para compreender a Pedagogia Social e a Educação Social

Não seria fácil tentar definir a pedagogia social em uma única frase; no entanto podemos fazer uma tentativa: a pedagogia social é uma ciência, normativa, descritiva, que orienta a prática sociopedagógica voltada para indivíduos ou grupos, que precisam de apoio e ajuda em suas necessidades, ajudando-os a administrarem seus riscos através da produção de tecnologias e metodologias socioeducativas e do suporte de estruturas institucionais (cf. CALIMAN, 2009, p. 889).

A presente tentativa de definição tem suas inspirações em autores italianos (cf. BECCEGATO; IZZO) e espanhóis (cf. FERMOSO; CABANAS), mas agregam as contribuições dos últimos anos no Brasil. Dada a complexidade da definição, é melhor explicitarmos mais detalhadamente, passo a passo, os conceitos abordados. Assim veremos a pedagogia social como a estamos concebendo e construindo no Brasil: como ciência; ciência prática; ciência normativa; ciência descritiva; ciência que produz tecnologia educacional; ciência orientada para indivíduos e grupos; numa relação de cuidado e ajuda; como promotora nas pessoas da capacidade de administrar seus riscos e emancipar sujeitos historicamente oprimidos; através de programas e instituições socioeducativas. Deter-nos-emos sobre cada um destes tópicos.

6.1. A Pedagogia Social como uma ciência

É uma ciência enquanto se propõe a explicar um setor ou dimensão da realidade que se apresenta como problemática e necessita de soluções para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, particularmente dos grupos em situação de risco.

É uma ciência porque tende a colocar ordem, sistematizar os conhecimentos obtidos no cotidiano da práxis socioeducativa. Transforma fatos e ocorrências em conhecimento organizado. E para fazer isso de modo adequado e correto se utiliza de métodos de pesquisa adequados e consolidados utilizados pelas outras ciências humanas tais como a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia. Os métodos são procedimentos padrão que adequadamente aplicados servem para explicar, compreender e interpretar a realidade que se apresenta complexa e cheia de problemas.

Um método conhecido na prática de muitas instituições socioeducativas, por exemplo, é o da pesquisa-ação, onde o mesmo grupo de educadores se reúne semanalmente para avaliar e refletir sob sua prática cotidiana. Documentam o percurso e as experiências educativas e modificam a prática à medida que a reflexão ilumina a ação. Outro método de pesquisa é o do grupo focal, onde um grupo de pessoas, orientadas pelo pesquisador, dividem informações que serão utilizadas para esclarecer a ação pedagógica. Existem também outros métodos quantitativos e qualitativos utilizados nas pesquisas. A escolha dos mé-

todos de pesquisa depende de cada contexto onde ele é aplicado e dos objetivos almejados por quem pesquisa.

É uma ciência enquanto busca soluções para os problemas da vida cotidiana. Tais soluções são na verdade as técnicas e metodologias que auxiliam no enfrentamento dos problemas, situações conflituosas, para melhorar a qualidade de vida das pessoas, situadas individualmente e em grupos.

6.2. Uma ciência prática

A Pedagogia Social é uma ciência aplicada, prática. Ela não teria sentido se fosse somente uma ciência pura, ou pura teoria. Ela deve ter como fonte as práticas pedagógicas que se transformam em teorias e iluminam ou revertem em práticas transformadoras da realidade.

É na prática do dia a dia, lá onde o educador, encontrando por exemplo um jovem usuário de drogas, se pergunta como deve agir para ajudar esse jovem a se libertar da droga e se sentir bem junto aos outros? O que a Pedagogia Social teria a dizer em um caso como esse?

Ora, num rápido relance podemos lembrar que a Pedagogia Social pode construir e validar cientificamente técnicas, dinâmicas de relações humanas que favoreçam a recuperação da saúde de jovens com problemas de dependência. Teria a dizer, por exemplo, que a simples desintoxicação química de drogas, que pode acontecer em questão de alguns meses, não iria resolver o problema em sua raiz. Pois na verdade o uso de drogas pode ser a reação a um mal estar vivido pelas pessoas, uma incapacidade de conviver com os problemas e com as pessoas na vida cotidiana; pode ser um mecanismo de fuga da realidade, que leva à “compra” e ao consumo visando estados de ânimo compensatórios. Além do mais em casos como esse a Pedagogia Social vai dizer que para uma recuperação verdadeira, além da desintoxicação da substância química é necessário um período de reconstituição da própria identidade, da autoestima, do estilo das relações sociais. E oferece soluções e metodologias para tanto.

Tais soluções, em forma de técnicas, dinâmicas, planejamentos, projetos educativos são modos de responder aos problemas à luz da ciência aos problemas vividos no cotidiano educativo.

6.3. *Uma ciência normativa*

Quando repreendemos um adolescente pelo fato de ele usar de violência com os colegas, estamos concordando que existe um consenso em torno de normas de convivência. Agimos de consequência para educar os adolescentes de maneira que eles ajam de acordo com esse consenso que neste caso pode ser expresso com nomes de paz, cidadania, respeito, amor etc. As normas, os valores, as atitudes que julgamos “certos” servem como referencial para a educação dos jovens no dia a dia. Daí afirmarmos que a Pedagogia Social é uma ciência “normativa”, ou seja, orientada por normas, valores, atitudes, fins que inspiram as ações educativas.

Quando intervimos através de nossas práticas educativas, o fazemos com o fim de transformar tanto a qualidade de vida dos indivíduos quanto de grupos, da comunidade, da sociedade onde vivemos. Uma dimensão essencial, essa, a transformadora, pois não nos interessa que as pessoas nem a sociedade continuem do mesmo jeito, envolvidas em conflitos e problemas, mas que elas mudem para melhor.

6.4. *Uma ciência descritiva*

Nos tópicos anteriores havíamos colocado como objeto de análise e exemplo as questões do jovem envolvido com drogas. O senso comum profere diversas opiniões na tentativa de explicar as razões pelas quais um jovem recorre às drogas: por influência dos colegas; porque não consegue entender-se em família e com os pais; porque vive em uma condição social degradante; porque os jovens seriam ‘irresponsáveis’... Enfim, as opiniões da rua indicam vários ‘porquês’ e ‘comos’. A opinião de um educador social tende a ser mais qualificada enquanto se encontra em contato com o contexto infanto-juvenil do cotidiano, envolvido na prática sociopedagógica e capaz de confrontá-la com os pressupostos teóricos da pedagogia social.

No entanto, se quisermos saber com mais precisão as razões do uso de drogas, entre o “porquê” e o “como” isso acontece, recorreremos a opiniões mais científicas. Tais opiniões não desconsideram o senso comum nem as observações qualificadas vindas da experiência do educador social; pelo contrário, o pesquisador investiga a realidade, ouve os diferentes atores sociais e sistematiza tais informações de acordo com métodos validados.

Existem diversas maneiras de desenvolver uma pesquisa. Na maioria das vezes a pesquisa metodologicamente correta poderá trazer resultados confiáveis o bastante para que possamos organizar as ações adequadas e enfrentar os problemas de maneira apropriada.

A pesquisa, através da investigação metodologicamente correta, descreve a realidade onde se encontra o educando. Ela ordena, sistematiza os dados e os interpreta. Por fim ela sugere possíveis soluções em base às informações colhidas cientificamente. Cabe ao gestor de um projeto social e sua equipe operacionalizar tais soluções no dia a dia da atividade socioeducativa.

Nesse caso, o gestor e seus colaboradores seguem, além da voz da própria experiência, também a voz da ciência (intermediada nesse caso pela Pedagogia Social. A probabilidade de soluções adequadas é bem maior do que se estivéssemos nos baseado nas opiniões do senso comum ou do homem da rua.

6.5. Uma ciência que produz tecnologia educacional

A Pedagogia Social tem sido definida como uma disciplina que produz, para as instituições socioeducativas, soluções educacionais prioritariamente preventivas e curativas para situações conflituosas e problemáticas vividas por indivíduos ou grupos.

No momento em que um pedagogo (educador, especialista da educação ou cientista social) se debruça sobre uma determinada realidade e articula projetos ou programas para o desenvolvimento socioeducativo de indivíduos e grupos em situação de risco, ele está exercendo uma função específica de articulação de soluções voltadas ao bem-estar social e educativo desses destinatários. Tais soluções são dos tipos mais variados: dinâmicas, processos, procedimentos ou ações coordenadas dentro de Projetos, que se situam dentro de Programas que lhe garantam uma base pedagógica e política. Projetos isolados e santuários tendem a produzir soluções paliativas e às vezes contraproducentes.

Um exemplo de solução técnica para as instituições socioeducativas é a construção de projetos voltados para a prevenção da violência em determinados bairros ou comunidades situadas no entorno. Tal projeto não pode prescindir de pesquisas e de diagnósticos sobre a realidade local. Para isto envolve os diversos participantes tais como

os educadores, pais, representantes da comunidade, gestores etc. tanto para que informem (fase investigativa) quanto para que transformem (fase operacional). E deve ser finalizado para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e grupos, o desenvolvimento educativo integral das pessoas assim como para a transformação social do ambiente onde será aplicado.

6.6. Uma ciência orientada para indivíduos e grupos

A Educação Social, através do serviço dos educadores sociais, não trabalha somente com grupos mas também com indivíduos.

Podemos entender os trabalhos por grupos utilizando-nos de critérios geográficos, de idade e sociais. Segundo um critério geográfico, os programas socioeducativos voltados para o atendimento ao bairro, quarteirão, comunidade, cidade; segundo critérios de idade volta-se para grupos de crianças, adolescentes, jovens e adultos e até idosos, que compartilham necessidades específicas; segundo critérios sociais, a educação social se dirige a grupos que compartilham dificuldades, riscos e necessidades comuns e específicas (uso de drogas, situações de pobreza, violência urbana, envolvimento com gangues antissociais etc.).

As ações socioeducativas voltadas para os grupos não dispensam uma atenção individual, uma vez que a eficácia de qualquer investimento é melhor a qualidade de vida das pessoas.

Alguns projetos ou programas sociais, no entanto, atendem mais individualmente que em grupos. Como exemplo podemos citar alguns programas voltados para a orientação vocacional, comportamental, de defesa dos direitos humanos e civis, de prevenção e recuperação para casos de violência (sexual, psicológica, física) e de terapia para recuperação de dependentes e de inclusão para aprisionados.

6.7. Numa relação de cuidado e ajuda

A Educação Social, como dimensão prática da Pedagogia Social, tende a intervir, mormente, em situações em cuja realidade emergem pedidos de ajuda, de solidariedade, de orientação.

Tal intervenção, no entanto, deve ser preventiva, para que as pessoas, sobretudo as mais jovens, cresçam de modo sereno e equilibrado. A ação preventiva se dá através da educação que, extrapolando os limites das sa-

las de aula, se desenvolvem por meio de atividades culturais, de ocupação do tempo livre: esporte, lazer, música, teatro, ritmo, expressão e arte etc.

De fato, numa realidade educacional, como a que encontramos no Brasil, é difícil não pensar em educação associada às questões sociais. Se é verdade que a escola tem seu objetivo mais pragmático e restrito de promover os processos de ensino e aprendizagem, é também verdade que tais processos não podem ignorar as condições objetivas de frustração das necessidades fundamentais que tendem a provocar pobreza, exclusão, lacunas afetivas e comportamentos sociais e desviantes. Os processos que seriam essencialmente de natureza pedagógica preferencialmente pautados pela razão (ensino e aprendizagem) precisam dialogar com os processos de natureza sociopedagógica, especialmente pautados pela relação educador-educando e, portanto, pela afetividade.

Quando nos referimos à ajuda, não nos referimos somente à ajuda material. Antes, ela tem, como bem sublinha Nohl (apud CABANAS, 1997), seu ponto privilegiado na relação afetivamente construída dentro de uma comunidade educativa. Para Nohl, o objetivo da ação sociopedagógica não é em primeira instância a sociedade, mas sim o indivíduo nela situado; o educando não pode ser considerado um “caso”, um “cliente” a ser ajustado à sociedade, mas uma pessoa a ser respeitada e orientada. O educador nessa perspectiva tende a ajudar o educando a autoajudar-se (cf. CARIDE, 2004, p. 215).

6.8. Promove nas pessoas a capacidade de administrar seus riscos

Quando nos encontramos diante de uma situação de risco e vulnerabilidade, vividos por um adolescente, a primeira providência deve ser o cuidado para sanar aquela situação de sofrimento e dor. No entanto, o cuidado ou a cura devem ser um primeiro passo de um itinerário projetado para a criação de motivações, de força, de autoestima, ou, como alguns pesquisadores afirmam, para a promoção da resiliência. É um processo no qual as pessoas passam a ser motivadas não mais de fora para dentro (processo de cuidado e de cura), mas de dentro para fora (processo de “empoderamento” ou empowerment); elas passam a sonhar com o futuro e agir em função de um projeto de vida. Nesses casos conseguimos fazer com que a pessoa consiga caminhar com as próprias

pernas, aprenda a pescar em vez de ganhar o peixe, ser proativa em vez de ser eternamente reativa às suas infinitas carências e sofrimentos.

Notamos que o primeiro processo, de cuidado e de cura, é indispensável: diante da pessoa que sofre as condições de risco, não podemos ficar indiferentes. No entanto, a primeira fase, para que seja transformadora, deve projetar-se para uma segunda, que reforça os recursos internos das pessoas e promove a superação dos riscos a partir de dentro delas mesmas.

6.9. Através de programas e instituições socioeducativas

Imaginemos se a cada vez que fosse necessário atender às necessidades de uma pessoa devêssemos inventar novos processos, como se estivéssemos reinventando a roda! As instituições já possuem um conjunto de ações, comportamentos, processos, jeitos de responder a tais necessidades contando com a experiência de seus funcionários e com o respaldo organizacional da instituição.

As instituições não são eternas. Elas respondem a necessidades emergentes, situadas em determinado momento e contexto histórico. Mudando as necessidades e o contexto, as instituições também precisam mudar seu modo de atender, sob pena de se tornarem obsoletas, ineficazes e fora do seu tempo.

As instituições socioeducativas são indispensáveis a partir do momento em que elas são organizadas para atender a determinadas necessidades das pessoas; contam com a colaboração de um grupo de pessoas (funcionários, voluntários) que desenvolvem funções relevantes na sociedade; possuem uma identidade construída a partir de um consenso em torno de valores, princípios e normas (cf. CALIMAN, 2007).

7. Por uma perspectiva ancorada à Pedagogia Social crítica e transformadora

À primeira vista, uma proposta deste item não exigiria raciocínios tão complexos. Até o presente momento o que mais tem distinguido a Pedagogia Social parece ter sido sua associação com a sua contraposição à pedagogia escolar e, por isso, designada educação não formal. Precisamos inicialmente identificar o que entendemos por educação não formal e o que entendemos por educação social. Quanto ao úti-

mo conceito parece-nos suficientemente refletido nos itens anteriores quando definimos o conceito de Pedagogia Social e Educação Social. Quanto à educação não formal, no entanto, parecem-nos necessárias algumas considerações.

TRILLA, a partir da perspectiva da Pedagogia Social desenvolvida na Espanha, entende “a educação não formal [como] o conjunto de processos, meios, instituições, específica e diferencialmente desenhada em função de explícitos objetivos de formação e instrução que não estão diretamente dirigidos à concessão de grau próprio do sistema educativo formal” (cf. TRILLA 1993, p. 30).

Para FERMOSE a educação não formal se caracteriza por: intencionalidade educativa expressa; fora do sistema formal; dirigida a todas as idades; com metodologia apropriada; sem objetivo de concessão de títulos e credenciamentos (cf. FERMOSE, 1997).

Podemos identificar três concepções de fundo que ajudam a definir o campo de ação da Educação Social (cf. ROMANS – PETRUS - TRILLA, 2003).

Uma primeira maneira de identificar o campo de ação da Educação Social diz respeito ao âmbito já caracterizado, da ajuda às situações conflituosas e problemáticas vividas sobretudo pelos pré-adultos: crianças, adolescentes e jovens. Talvez seja esse o campo de ação que mais claramente distingue o campo de ação da intervenção socioeducativa. Nesse âmbito estão os programas socioeducativos que se ocupam dos sujeitos em situação de risco. A segunda maneira seria através da expressão educação “não formal”. Nesse caso a Educação Social seria aquela que se dá fora da Escola, ou dos currículos oficiais da educação formal. Segundo essa concepção, uma atividade para alunos em situação de risco de uma escola de periferia, desenvolvida após o horário das aulas, não seria considerada uma atividade da Educação Social. É uma definição que nos parece à primeira vista interessante visto que grande parte das ações socioeducativas parece mesmo acontecer em ambientes outros que não a escola.

Pela abordagem anterior a expressão educação não formal nos pareceria adequada somente em parte, para definir um âmbito de ação que realmente é da Educação Social; mas inadequada enquanto não contempla as ações sociopedagógicas que podem ocorrer dentro da escola.

Uma terceira maneira de identificar reconhece como autêntico campo de ação da Educação Social a Animação Sociocultural. Esta última, já definida anteriormente, atua na educação e prevenção de situações de risco através de dinâmicas, atividades ou técnicas as mais variadas (culturais, expressão e arte, ritmo, dança, expressão, e lúdicas: esporte e lazer).

É bom lembrar que as atividades de animação sociocultural são atividades-meio e não exatamente atividades fim. Melhor explicando, quando envolvemos adolescentes em atividades esportivas, o objetivo principal não seria torná-los jogadores profissionais, mas sim a socialização e o desenvolvimento relacional, físico e psicológico que tais atividades proporcionam. Isso porém não exclui que uma boa dinâmica esportiva possa também resultar em ótimos esportistas e até campeões, mas como objetivo correlativo. Da mesma maneira como quando um educador que acompanha um adolescente no trabalho (adolescente aprendiz) não tem como objetivo principal torná-lo um profissional do ramo, mas sim proporcionar-lhe as condições para um desenvolvimento harmônico e integral.

Mediação pedagógica em situações de conflito, animação sociocultural e educação não formal não se confundem com educação social; elas somente delimitam certos campos de atuação da educação social. Quando nos referimos à educação social falamos de prática socioeducativa orientada teoricamente pela Pedagogia Social. Os campos de atuação (entre os quais o da educação não formal) por sua vez se referem a áreas onde a práxis socioeducativa costuma ser reconhecida como tal, desde que nesses campos de atuação seja possível identificar práticas que compõem processos educativos com metodologias próprias e diferenciadas em relação aos da pedagogia escolar.

A escola é uma das agências educativas, não é a única nem totaliza o leque dos processos educativos. Ela exerce sua função principalmente através do processo de ensino-aprendizagem. Três funções educativas estão à base da escola: o processo de ensino-aprendizagem; a aprendizagem advinda do estilo e qualidade das relações entre educador e educando; a força da comunidade educativa.

A relação educativa é essencial para que aconteçam os processos educativos na educação social: o educador tem capacidade de transfor-

mar opiniões dos educandos se e somente quando consegue construir boas relações baseadas na confiança. A confiança se constrói através de uma presença atenta. Não basta “ajudar”, “educar”, mas é preciso ter autoridade para tal. Quem “outorga” essa autoridade não é a nomeação para um cargo de educador, mas sim a qualidade da relação. Neste sentido é que um funcionário do setor administrativo ou uma cozinheira podem alimentar mais sua autoridade educativa do que às vezes um próprio chamado educador ritualista e pouco presente. A construção da qualidade da relação educativa depende muito do nível de confiança provocado dentro de uma comunidade educativa.

A Pedagogia Social através de suas metodologias consegue transformar espaços de educação não intencional (ou não declaradamente intencional) em espaço de educação intencional (cf. BECCEGATO, 2001, p. 13).

Um dos projetos na área pública e que representa um bom exemplo de integração da educação social dentro da área escolar é o programa “Mais Educação”. Representa uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da educação integral. Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira.

As atividades fomentadas são organizadas em “macrocampos” de acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, inclusão digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica, educação econômica e cidadania. Participam do Programa estudantes em defasagem série/idade; estudantes das séries finais da 1ª fase do ensino fundamental (4º / 5º anos), nas quais há uma maior evasão na transição para a 2ª fase; estudantes das séries finais da 2ª fase do ensino fundamental (8º e/ou 9º anos), nas quais há um alto índice de abandono; estudantes de séries onde são detectados índices de evasão e/ou repetência.

A comunidade educativa se constrói em ambientes educativos, sejam eles formais ou não formais. O que distingue uma instituição socioeducativa de uma instituição formal não é a sua não formalidade, mas sim a presença da dimensão social e educativa em significativas

proporções, mais que na tradicional instituição escolar tão marcada por processos que priorizam o ensino-aprendizagem. Diríamos que a instituição escolar prima pelo foco nos processos de ensino e aprendizagem, enquanto que, nas instituições socioeducativas, os processos privilegiados são aqueles que ressaltam a relação entre educador e educando, dentro de uma comunidade educativa e finalizada à mudança na qualidade de vida da pessoa e da coletividade.

Uma versão da Pedagogia Social crítica vê a educação social não exatamente como uma resposta às necessidades emergentes, a partir de ações compensatórias, mas sim a partir de ações propositivas e preventivas, acionadas antes mesmo que os problemas aconteçam, através da solidariedade e da responsabilidade social dos cidadãos. Utiliza-se de metodologias orientadas sobretudo à Animação Sociocultural, à educação, à cidadania e à prevenção pela Educação para todos.

Na perspectiva de Mollenhauer, Freire, do lado brasileiro, parece trabalhar também com um conceito de Educação Social orientado à mudança social. Mas não tanto uma mudança das estruturas, mas uma mudança na mentalidade de pessoas, uma “emancipação” dos “oprimidos”, para que se libertem de visões de mundo que reproduzem situações de opressão (cf. FREIRE, 1970). Na verdade ele não teoriza uma Pedagogia Social mas com sua prática conseguiu influenciar o estilo de fazer educação social no Brasil. Um dos aspectos no meu entender mais significativos da pedagogia de Freire refere-se ao que podemos denominar como capacitação dos indivíduos à administração dos riscos vividos por eles. Seu método de alfabetização focaliza a tomada de consciência dos riscos vividos para que saibam administrar os conflitos aos quais são submetidos. Os riscos sociais não podem ser simplesmente extirpados da realidade quotidiana das pessoas. Daí a importância de entendê-los não como fruto do destino (situação na qual a pessoa torna-se passiva diante das forças sociais) mas como fruto da história, cheia de significados, muitos deles advindos de ideologias cristalizadas. O processo de conscientização leva à compreensão do mundo, e esta à indignação provocadora da necessidade de mudanças. Nessa linha é que podemos identificar a pedagogia da esperança de Freire: o “inédito viável” como mito que leva à realização da meta de transformação da realidade criadora de riscos e conflitos. A motivação central para Freire

é a esperança. Não se pode perder a esperança: a desesperança representa o imobilismo, a quietude, a estagnação (cf. SCOCUGLIA, 2009).

A perspectiva da educação para Freire transfere-se de um centro gravitacional da educação para a realidade sociocultural. Não se trata somente de educar indivíduos em ambiente conflitivos, mas de promover uma educação de grupos, educação popular, capaz de gerar a ação transformadora da sociedade. Sua palavra chave é a esperança na transformação social; seu método, o método dialógico. Sua pedagogia (social) se coloca na perspectiva da mudança, situando-se como Pedagogia crítica e “emancipadora”.

As diferentes percepções de Pedagogia Social acima descritas podem ser matrizes geradoras de concepções diferentes de Pedagogia Social e de Educação Social. Neste sentido a definição de um conceito de Pedagogia Social que se desenvolve no Brasil atualmente em base a uma concepção acima descrita, de uma pedagogia social crítica e emancipadora, parece-nos ter considerável potencial de contribuição para a ação socioeducativa. Ela une a reflexão pedagógica freireana com a perspectiva da mudança social considerada necessária para contribuir na solução dos problemas socioeducativos. Ulteriormente nos questionaremos também sobre se a não formalidade, tão utilizada para distinguir os processos educativos da educação social, seria um elemento essencial ou contingencial da concepção. Ao mesmo tempo sugeriremos se a pedagogia social que propomos para o Brasil não estaria comprometida também com a educação escolar e formal.

8. Considerações finais e provocações

Proponho algumas perguntas para as quais buscamos ainda maiores esclarecimentos. São ponderações para as quais não temos uma resposta pronta e por isso mesmo requerem maiores esclarecimentos provenientes da pesquisa, ou do encontro entre a prática da Educação Social e seu correspondente teórico da Pedagogia Social.

1. A educação na escola, no seu sentido integral, sobretudo aquela viabilizada dentro dos processos de ensino-aprendizagem e naqueles processos conflinantes entre a socialização e educação, parece ser o campo privilegiado e mais extenso das ações de prevenção para as áreas do risco e da vulnerabilidade social.

Parece ser nesse âmbito que a nossa sociedade deveria se projetar para que a prevenção saia do âmbito conceitual para o âmbito da ação a partir do momento que ela se torna contínua, planejada e assumida pelas políticas públicas. Uma educação de qualidade para todos exigiria não somente sair dos atuais 4,5% do PIB dedicados à educação para os 6% aplicados pela maioria dos países comprometidos com um crescimento das pessoas mais que das coisas. Exige também a valorização da educação, do professor, dos processos de ensino e aprendizagem em base a critérios de qualidade.

2. No entanto a realidade dos nossos alunos, marcada pela desigualdade social, e por problemas de diversos gêneros como a violência, drogas, etc. que atingem a escola por dentro e por fora. É uma realidade que exige uma nova sensibilidade pedagógica que se traduz em boas práticas de prevenção específica ou secundária para as quais a Pedagogia Social poderia contribuir enquanto Pedagogia para situações de conflito e ajuda.

De fato boa parte das escolas, premidas pela realidade de conflitos e violências de seu entorno, sendo inserida em seu território e portanto não isenta dos mesmos problemas no seu interno, já começam também a “inventar” jeitos novos de educar para a paz. Neste sentido não há dúvidas de que de dentro das escolas surgirão contribuições importantes para o desenvolvimento da pedagogia social: sem a devida paz e segurança não é possível desenvolver projetos sérios de pedagogia escolar. Daí a importância da implementação de práticas que se movem mais no terreno das relações que dos processos tradicionais de ensino-aprendizagem. Nisso a Pedagogia Social tem a contribuir.

Tais práticas novas que emergem de dentro das escolas vão de encontro também àquelas que, fora dos ambientes escolares, já atuam há décadas na prevenção secundária, ou seja, os projetos e as instituições da educação social. São ONGs, projetos, programas, atividades educativas que, com graus diferentes de complexidade e potencialidade educativa, tentam responder à demanda proveniente do mundo da vida cotidiana marcado por conflitos, desafios e recursos.

3. Por último lembramos um terceiro campo que a dimensão educativa se confunde e necessita muito da área das ciências da saúde e dos serviços sociais: a prevenção terciária que nasce como resposta às manifestações já cristalizadas no âmbito comportamental e sanitário: drogadição, criminalidade, delinquência, violência.

São milhares os jovens envolvidos na violência, no uso de drogas, de pertença a gangues e a culturas mafiosas e que necessitam de metodologias sociopedagógicas especializadas. Mesmo alertando para a necessidade de entender de modo correto as metodologias de reabilitação (recuperação, reinserção social, reeducação, ressocialização), a pedagogia social constrói a ponte entre as ciências sociais, os serviços sociais e a própria educação para contribuir a seu modo para recuperar o bem-estar dos indivíduos que necessitam de apoio.

4. Prevenção e controle social. Não se pode deixar de questionar a crítica proximidade entre ações de prevenção e sua potencialidade em reforçar o controle social. Partimos do princípio de que o controle social é parte integrante de nossa sociedade, que ele acontece em diversos níveis: familiar, escolar, grupal, informal, formal, policial etc. (CALIMAN 2008). Os agentes do controle social existem, criados pelos sistemas sociais, para recuperar desequilíbrios e garantir o bem-estar social de todos.

No entanto devemos ser transparentes em informar nossas intenções sempre que atuamos em projetos e programas de enfrentamento de conflitos sociais (drogadição, delinquência...). Temos sempre diversas intencionalidades: algumas são ligadas às nossas motivações e convicções (religiosas, políticas, ideológicas, humanitárias). Outras aos objetivos de nosso programa de recuperar o bem-estar de pessoas que acreditamos já terem perdido sua saúde e o prazer da normal convivência humana. Outras intencionalidades estão ligadas a certas convicções pessoais ou institucionais que sejam, de recuperar o equilíbrio, a paz, e normais condições de convivência no ambiente onde vivemos (bairro ou escola). Neste caso assumimos também um posicionamento de agentes do controle social que não deve ser, a meu ver, confundido com o controle finalizado à exploração, domínio, instrumentalização de pessoas e grupos. Portanto, o “mal” do controle social não está nele mesmo, mas na sua manipulação em benefícios escusos.

5. A Pedagogia Social seria necessária numa sociedade com um sistema educacional excelente? Perguntei certa vez a uma amiga professora de uma universidade finlandesa se a Finlândia, por ser um país altamente desenvolvido na implementação das políticas educacionais, precisaria da contribuição da Pedagogia Social. Sua resposta ligou-se ao fato de que a pedagogia social não é um privilégio das áreas da pobreza, mas princi-

palmente das áreas de conflito social. E os conflitos existem em todas as sociedades, mesmo as mais desenvolvidas. No caso da Finlândia, além da presença de problemas ligados à migração, enfrenta outros inerentes à sua rica sociedade, como por exemplo, o crescimento de uma juventude pouco preocupada com os problemas sociais, com a solidariedade e com os “outros”, marcada por atitudes de indiferença e de autocentrismo. Portanto, mesmo as sociedades mais abastadas têm necessidade de intervenções que recuperem atitudes voltadas para a solidariedade, a paz, e o bem comum.

6. Lembramos anteriormente nesse artigo como o Art. 1o da LDB reza que a educação é maior que a escola e “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Se os problemas sociais insistem em bater às suas portas é porque a escola precisa se abrir a novas experiências, práticas e metodologias pedagógicas provenientes em sua maioria da educação não formal, da pedagogia social, das práticas da educação social, tão novas mas experientes o bastante para contribuir com soluções. Da escola brasileira se espera que não se feche dentro de processos educativos de ensino-aprendizagem, mas que se abram a experiências educativas que ultrapassam seus muros.

A preventividade pode ser um termo apropriado para caracterizar o fluxo e o diálogo entre a pedagogia escolar e a pedagogia social. No momento em que a escola tanto precisa fazer as contas com uma carga muito grande de atribuições que lhe foram delegadas pela família, pela comunidade, e por outros setores, é preciso que ela conte com esse diálogo sempre maior com a pedagogia social. Prevenção é um conceito que pode inspirar a preventividade no momento em que essa dialoga com a prática. Preventividade, por sua vez, tende a ser uma atitude, operacionalização do que pode prevenir, disponibilidade para a ação.

Referências bibliográficas

- BECCEGATO, Luisa Santelli. *Pedagogia sociale*. Brescia: La Scuola, 2001
- CALIMAN, Geraldo. A avaliação de programas socioeducativos. In: SIVERES, Luis (Org.). *A avaliação na educação superior*. Brasília: Univera, 2007, p. 121-154.
- _____. Pedagogia social. In: PRELLEZO, José Manuel (Org.). *Diccionario*

- nario de Ciencias de la Educación. Madrid: Ediciones CCS, 2009, p. 889-890.
- _____. *Paradigmas da exclusão social*. Brasília: UNESCO, 2008.
- CABANAS, Jose Maria Quintana. *Antecedentes históricos de la educación social*. In: PETRUS, Antonio (Org.). *Pedagogía social*. Barcelona: Ariel, 1997, pp. 67-91.
- CARRERAS, Juan Sáez; MOLINA, José G. *Pedagogía social: pensar la educación social como profesión*. Madrid: Alianza Editorial, 2006.
- CARIDE GOMES, José Antonio. *Las fronteras de la pedagogía social: perspectivas científica e histórica*. Barcelona: Gedisa, 2005.
- FERMOSO, Paciano. *Interculturalismo y educación no formal*. In: PETRUS, Antonio (Org.). *Pedagogía social*. Barcelona: Ariel, 1997, p. 248-267.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*, 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- IZZO, Domenico. *Manuale di pedagogia sociale*. Bologna: CLEUB, 1997.
- LIBANEO, José Carlos. *Diretrizes curriculares da pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores*. Educação e Sociedade. Campinas: vol 27, n. 96, p 843-876. 2006.
- MOLLENHAUER, Klaus (1994). *Instituciones de pedagogía social*. In: QUINTANA CABANAS, José María. *Textos clásicos de pedagogía social*. Valencia: Nau Llibres, 1999, 109-136.
- NANNI, Carlo. *Educazione*. In: VECCHI, Juan ; PRELLEZO, José Manuel. *Progetto educativo: elementi modulari*. Roma: LAS, 1984, pp. 26-37.
- NATORP, Paul. *Pedagogia social (1898)*. In: QUINTANA CABANAS, José María. *Textos clásicos de pedagogía social*. Valencia: Nau Llibres, 1999, 109-136.
- PÉREZ SERRANO, Gloria. *Pedagogía social educación social: construcción científica e intervención práctica*. Madrid: Narcea, 2004, p. 308.
- ROMANS, Mercé; PETRUS, Antoni; TRILLA, Jaume. *Profissão educador social*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- SILVA, Roberto da. *O direito à educação sob a perspectiva da pedagogia social*. Livre Docência. São Paulo: USP, 2009.
- SCOCUGLIA, Afonso Celso. *A pedagogia social de Paulo Freire como contraponto da pedagogia globalizada*. In: SOUZA NETO, João Clemente; DA SILVA, Roberto; MOURA, Rogério (Org.). *Pedagogia social*. São Paulo: Expressão e Arte, 2009, 225-239.
- TRILLA, Jaume. *La educación fuera de la escuela*. Barcelona: Ariel, 1993, 30.